

Então, nós temos, sim, que colocar o dedo na ferida. Destinando apenas 4% do Orçamento à Educação, nós não vamos a lugar algum. Só para se ter uma ideia, no Japão, são destinados 25% do Orçamento à Educação. Os municípios destinam 25% do seu orçamento à Educação, o Estado destina 25%, e a União destina somente 4% do seu Orçamento à Educação.

Por isso que hoje o Hospital São Paulo está com suas atividades paralisadas, 27 Universidades Federais paradas devido às greves dos professores do ensino superior. Muitas pessoas que vieram do interior para passar pelos médicos do Hospital São Paulo, não puderam ser atendidas porque as atividades daquele nosocômio foram suspensas. Cerca de 90% dos médicos daquela instituição estão em greve.

Então, temos que priorizar a Educação e a Saúde. A presidente Dilma Rousseff hoje está nos Estados Unidos - hoje ela não está andando de bicicleta, hoje ela está com o presidente Barack Obama visitando o memorial do grande Martin Luther King. Temos que dizer à presidente Dilma Rousseff que não dá para tocar o País destinando apenas 4% do Orçamento à Educação.

Hoje estamos pagando um bilhão de juros por dia. Vejamos que estamos aqui brigando pela aprovação do PLC nº 56, e do PLC nº 06 e pagando um bilhão de juros por dia.

Quando o PT foi candidato - e eu apoiei o presidente Lula - o Lula dizia que essa dívida já havia sido paga. Dizia que essa dívida tinha que ser auditada, que tinha que ser alongada para se investir mais na Saúde e na Educação. O que vemos hoje na Saúde? Filas e mais filas intermináveis, 200 hospitais durante esses dez anos fecharam suas portas.

E agora, entrando em outros assuntos, quero dizer que hoje é um dia de tristeza para todos os brasileiros. Logo pela manhã, a energia subiu 17%, e os pedágios, 8,54 por cento. No estado de São Paulo, por autorização do governo federal, a energia subiu 80%. Além de abranger os domicílios, inclusive na periferia, esse aumento atinge a indústria. Então, a indústria, ao fabricar balas e industrializar o leite, repassa o preço para tais produtos. Por isso, estamos vendo hoje uma das inflações mais altas dos últimos 20 anos. Vai atingir 10% no fim do ano. Inflação mascarada, mentirosa.

A carne subiu mais de 20%; a energia, mais de 50%; o tomate, mais de 50%; a farinha, mais de 30%. E ninguém toma medidas. Não se pode, num momento de crise como este, cortar 20% do orçamento da Saúde, nem 11% da Educação, nem 80 bilhões de investimento do governo federal. Nos jornais de hoje, havia a notícia de que a Petrobras cortou 50 bilhões de investimento. O que quer dizer investimento? Emprego, distribuição de renda, obras, pedreiro, servente de pedreiro, peão, azuleljista, eletrícista... Sabe-se que 290 mil irmãos nossos da construção civil já foram demitidos. Essas críticas devem ser feitas, como foi feita a crítica ao reitor da USP. Temos que chamar a atenção do governo federal, que é o gerador da economia, mas a terceirizou através do diretor do Bradesco. Hoje, quem toma conta da economia do Brasil é o diretor do Banco Brasileiro de Descontos. E o que ele fez nesses últimos cinco meses? Subiu os juros cinco vezes.

Todos que estão aqui devem ter cartão de crédito e cheque especial. Os juros do cartão de crédito estão em 300%; os do cheque especial, em 180%. E ninguém toma medidas. O ministro da Fazenda é diretor do Bradesco. Vamos ficar de olho no lucro do Bradesco no segundo semestre: deve ser de 14 ou 15 bilhões. Venho aqui criticar o aumento da energia e do pedágio. Este último é uma vergonha. Sou de Marília e pago 11 pedágios para chegar aqui. Eles recebem milhões por dia e não fazem uma melhoria ao usuário. Já pegaram a estrada pronta; quem a fez foi Ademar de Barros. Pegaram só a praça de pedágios.

Aproveite a presença do deputado João Paulo Rillo, do PT, para falar sobre a Federação Paulista de Futebol. Apresentamos um requerimento de CPI para averiguar a FPF sobre o roubo que estão fazendo no que diz respeito ao esporte mais popular do Brasil. Já afastaram o povo do estádio com os preços e com o horário em que começa: tem que começar depois da novela. Como a pessoa vai voltar para casa se o jogo termina meia-noite e meia? Não há ônibus nem segurança. Forças ocultas, aqui dentro, retiraram assinaturas para não se apurar a questão. Mas hoje conversei com o deputado João Paulo Rillo, e vamos apresentar a CPI novamente nesta Casa, com 31 assinaturas. Essa situação é uma sinecura de roubo, falcatura, desvios. Afiguraram os pobres, os jovens e as mulheres dos campos de futebol. Quem manda hoje são os canais de televisão que passam o futebol depois da novela. Trata-se da Globo, como estão dizendo na galéria.

Muito obrigado. Vocês contem com nosso apoio. Um abraço a todos.

O SR. CARLOS BEZERRA JR. - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sra. Presidente, na minha fala reforcei a questão de que quando vendem a redução da maioria como solução para os problemas da Segurança pública, estão vendendo gato por lebre.

Num sistema onde, de cada 100 criminosos, apenas oito são presos, dizer que colocar agora os criminosos adolescentes, que são 0,1% do total de crimes do Brasil na prisão, junto com os adultos, vai resolver, é uma falácia.

Para reforçar minha mensagem de hoje, gostaria de pedir para projetar um vídeo da Unicef, como manifestação oficial hoje nesta Assembleia, para que fique registrado nos Anais da Casa.

- É feita a apresentação.

O SR. ABELARDO CAMARINHA - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Sra. Presidente, concordo com as palavras do deputado Carlão, representando a Unicef. Digo, em nome do povo, que são 90% ouvidos pelo Datafolha, que o povo não quer nenhuma criança na cadeia. O povo quer que crimes bárbaros, como esse do Champinha, como esse que aconteceu no Rio de Janeiro, como esse que atropelou a moça, sejam punidos, só isso.

Eu não queria entrar nesse assunto. Tive um filho de 25 anos assassinado com um tiro, por um menor de 17 anos. Eu não queria fazer este debate aqui. Sei que sou condenado à prisão perpétua e o menino está solto.

A única salvação é o Estatuto da Criança e do Adolescente. No caso de crime bárbaro, o Estatuto diz que tem que ser punido até três anos. Há uma defesa, de todos aqueles que pensam racionalmente, para aumentar de três para oito anos, na Fundação Casa. Nenhum brasileiro quer menor no sistema prisional. Mas nenhum brasileiro quer ver essas pessoas impunes.

Não quero ver quem matou meu filho num supermercado, bebendo, zombando, e meu filho enterrado, minha mulher doente, nós tomando remédio. Queremos que essas pessoas sejam punidas. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Por permuta de tempo, do deputado Gileno Gomes, tem a palavra o nobre deputado Rodrigo Moraes.

O SR. RODRIGO MORAES - PSC - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, pessoal de Itu, gostaria de deixar registrado aqui meu apoio ao PLC 56 e ao PLC 6. Faço um pedido ao presidente da Casa - que, neste momento, encontra-se no Colégio de Líderes - para que coloque esse projeto para ser votado hoje, para que possamos honrar a presença dos nossos oficiais e de todos os que estão aqui hoje, na Casa do Povo, e que merecem todo o nosso respeito.

Eu gostaria de trazer aqui alguns assuntos. Sei que as rodovias estão em bom estado de conservação, sei do trabalho que é realizado pelas concessionárias. Sei que onde ainda não existe uma concessão, há um número maior de acidentes e as rodovias se encontram em estado de calamidade.

Onde existe a concessão, realmente, nós vemos a rodovia muito mais conservada, vemos duplicações e tudo o que temos visto. Amanhã vai haver, novamente, mais um aumento dos pedágios. E eu não poderia deixar de expressar aqui que sou contrário ao aumento excessivo dos pedágios.

O meu partido, o PSC - nós temos três deputados -, tem um grande respeito pelo governador, até porque aqui na Casa nós somos base do Governo. Mas eu deixei registrado que as nossas opiniões aqui são claras, transparentes e vão de encontro às necessidades do povo do estado de São Paulo.

Não poderia deixar de registrar aqui que este aumento - este momento que estamos vivendo, um momento de crise, em que temos visto muitas demissões, já que grandes empresas no nosso estado de São Paulo têm demitido os funcionários -, o aumento que houve nos combustíveis e o aumento que houve na energia elétrica, tem se estendido, tanto no ramo de alimentação quanto em todos os setores da sociedade.

E nos deparamos agora com mais esse aumento, o aumento dos pedágios. Esse final de semana estive visitando várias comunidades e várias pessoas da sociedade ali na Baixada Santista.

Hoje, o pedágio ali já está acima de 22 reais. Está aqui um representante da Baixada, o deputado Caio França. A partir de amanhã, vai estar em 23 reais. Na Anhanguera: de 7,70 para 8; Itupeva: de 11,30 para 11,80; na Bandeirantes, ali em Limeira, de 5,10 para 5,30; em Caieiras, de 7,70 para 8; na Castelo vai arredondar agora para 10 reais ali na nossa região de Itu.

Então, eu queria deixar registrada minha insatisfação contra esse aumento, pois eu não concordo com esse tipo de ação.

Nós aqui vamos trabalhar, sim, para que possamos conversar com outros deputados e criarmos um mecanismo, uma frente parlamentar, para que possamos acompanhar esses contratos e ver esses aumentos que, daqui a pouco, não sabemos aonde vão chegar.

Então, quero deixar registrado aqui este meu discurso, que eu gostaria que fosse encaminhado ao secretário de Transportes e ao governador. Queremos isso, sim. Tem que existir pedágio, mas com tarifa justa, para que o cidadão possa realmente ter condições de transitar.

Tenho visto, no nosso estado de São Paulo, grandes dificuldades. Como deputado, encaminhei diversas emendas parlamentares, dos mais diversos municípios. Há dificuldade para que essas emendas sejam pagas. Nessas visitas que fiz, muitos vieram falar comigo - entidades, associações, alguns hospitais. Até já fizeram projetos e essas emendas não têm sido pagas. Então, é a nossa palavra, logicamente. (Manifestação nas galerias.)

Temos que ter propostas para a Educação. (Manifestação nas galerias.)

Porém, o que eu queria dizer é que a questão da Saúde é importante. Mandei para a cidade de Salto uma emenda de cem mil reais. Foi assinado o contrato em 2013. Até agora essa emenda não foi paga. O diretor do hospital ligou para mim, por estes dias, dizendo: “Deputado, eu vou cancelar a conta que abri no banco para receber essa emenda, porque estou pagando a tarifa bancária e esse recurso nunca chega.” O contrato está assinado. Não é nem a proposta, ainda, de se assinar o convênio. O contrato já foi assinado e essa emenda não foi paga. Não é nada para o deputado Rodrigo Moraes, nem para os demais parlamentares. É uma ação do Governo que vai ao encontro de um pedido da população.

Temos visto, nos jornais e na televisão, pessoas na fila do hospital, um problema sério na Saúde. Hoje mesmo recebi a ligação de uma pessoa que precisa fazer uma cirurgia, pois tem um tumor na cabeça, e não sabe a data em que vai poder fazer essa cirurgia. Vemos recursos indo para outros setores, que não se complementam.

Quero deixar registrado esse meu pedido, para que o governador Geraldo Alckmin realmente olhe para a Assembleia Legislativa e para os pedidos dos deputados. Eu sei que a visão dele tem que ser “macro”, mas nós estamos indo até a população, até a sociedade, pegando as reivindicações.

Hoje, temos aqui uma reivindicação importante. O povo está aqui, reivindicando, pedindo. Como vamos deixar de atender? Temos que atender a população. Logicamente, isso depende do Governo. Por isso, estou me manifestando, cobrando essa ação do Governo, para que realmente possa atender os pleitos que os deputados têm encaminhado, tanto para as Apaes, quanto para outras entidades, que fazem um grande trabalho. Em Itu, temos a escola de cegos e muitas entidades que dependem de recursos. Muitas vezes, os empresários se unem para ajudar.

O Governo, que tem essa missão de dar assistência àqueles que contribuem para a sociedade, muitas vezes, tem aberto mão e tido outras prioridades que não aquelas que realmente têm que ser vistas - a Saúde, a Educação, o Transporte público, o trabalho. Se os oficiais de Justiça que aqui estão não tiverem uma estrutura, como vão encaminhar o seu serviço com qualidade?

Quero deixar registrada a minha manifestação. Agradeço esta oportunidade e a presença de vocês, hoje, nesta Casa, que é um reforço. Daqui, eu sou líder do partido, do PSC. Iremos para o Colégio de Líderes, para o qual vou levar a manifestação de vocês, hoje.

Muito obrigado. (Manifestação nas galerias.)

O SR. ED THOMAS - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Sra. Presidenta, faço esta manifestação em nome dos oficiais de Justiça da minha região, que é Presidente Prudente, a mais distante do Estado. O trabalhador Adriano Dias, por meio das redes sociais, mandou um texto com propriedade que precisa ter a transparência deste deputado, neste plenário. Ele nos pede:

“Para a aprovação do PLC 56/13, pedimos aos deputados e seus líderes partidários que reconheçam a importância da função dos oficiais de Justiça na estrutura do Judiciário e também na arrecadação do estado, com o cumprimento das execuções fiscais da Fazenda estadual e municipais. Mais uma vez, pedimos que o Executivo, o nosso governo, respeite a decisão do Legislativo e a autonomia financeira e administrativa do Poder Judiciário. Hoje, estamos em estado de greve e, sem os encaminhamentos dentro da Alesp para a aprovação do PLC 56/13, nos obriga a mudança de estratégia. Queremos manter e resolver nosso pleito através do diálogo e da negociação,

mas esse empurra-empurra dos poderes nos obriga a forçar e a pensar em uma possível greve dos oficiais de Justiça. Sem a aprovação, não nos restará outra solução a não ser a paralisação de nossas atividades. Mas estamos mantendo o diálogo e o respeito aos deputados do parlamento paulista. Também temos contato com os membros do Executivo, que têm recebido os representantes de nossa comissão de oficiais de Justiça. O Poder Judiciário se compromete, inclusive o presidente, Dr. Nalini, enviou ofício para a Alesp na última semana assumindo o pagamento com “vacatio legis” para agosto de 2016, ou seja, um ano de carência. E o Poder Judiciário, na última sessão do órgão especial dos desembargadores, no dia 17, incluiu o valor do impacto financeiro do PLC 56/13 no orçamento de 2016, não onerando o estado no ano de 2015 e ainda minimizando o impacto para apenas cinco meses do ano de 2016. Solicitamos que os deputados assumam seus compromissos, firmados com os oficiais de Justiça de suas comarcas e bases eleitorais, que continuem com essas visitas no interior e na Alesp. E solicitamos a compreensão e o apoio da população e solidariedade neste momento de luta.”

Essa correspondência, por meio das redes sociais, é do Adriano Dias, oficial de Justiça do oeste paulista. Meu compromisso é desde o início, Sra. Presidente, esta minha transparência - e o mandato precisa ter transparência - a esse trabalhador. De repente, não tenhamos aqui gente tão distante como de Presidente Prudente.

Mas quero colocar a minha posição. O primeiro contato com a Justiça é através do oficial de Justiça, tenha certeza disso. (Manifestação nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Peço, mais uma vez, a compreensão de todos vocês que vieram nos visitar nesta tarde para que o deputado Ed Thomas possa concluir a sua comunicação. Muito obrigada.

O SR. ED THOMAS - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Agradeço pela compreensão. É apenas uma transparência. Não se trata de jogar para a plateia, de forma alguma. Sempre tive minhas posições e a minha posição é pelo trabalhador, acima de tudo.

Gostaria que uma resposta fosse dada a essa gente trabalhadora: ou que sim, ou que não. Se vier para cá, a minha posição é “sim”. Muito obrigado a todos. (Manifestação nas galerias.)

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sra. Presidente, com a permissão e a concordância dos líderes presentes em plenário, gostaria de pedir a suspensão dos trabalhos por três minutos. Hoje é um dia atípico, talvez seja o último do semestre, e o representante do Fórum das Seis acaba de sair do Colégio de Líderes e ele gostaria de dar a informação para os que estão presentes na Casa, hoje. Ele não consegue fazer se estivemos falando, até por uma questão de respeito. Se os líderes concordarem, apenas por três minutos para uma rápida reunião. (Manifestação nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado João Paulo Rillo e suspende a sessão por três minutos.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 16 horas e 25 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 27 minutos, sob a Presidência do Sr. Carlos Bezerra Jr.

O SR. ABELARDO CAMARINHA - PSB - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS BEZERRA JR. - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Tem a palavra o nobre deputado Abelardo Camarinha para falar pelo Art. 82.

O SR. ABELARDO CAMARINHA - PSB - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, queria aqui endossar as palavras do deputado Ed Thomas, de Presidente Prudente, quando ele diz aos visitantes e aos oficiais de Justiça que ou se põe o projeto em votação ou não. O que não pode é ficar esse vai não vai, esse empurra-empurra, que isso traz um problema para quem vem do interior, para quem perde dia de serviço, para quem se desloca até a Casa. Vamos definir a pauta, se votamos ou não. E vamos ver quem é quem. (Manifestação nas galerias.)

Neste momento, presidente, eu não poderia deixar de passar ao telespectador da TV Assembleia, aos queridos visitantes e ao leitor do Diário Oficial que a revista desta semana traz que a propina, só para o presidente Collor, foi de 20 milhões de reais para conseguir obra da Petrobras. Só o presidente Collor.

Depois, na outra página, vemos que para enterrar uma CPI da Petrobras foram gastos cinco milhões de reais. Esse é o dinheiro que falta na Educação, na Saúde, para os estados, para a Segurança.

O ex-presidente Collor recebeu 20 milhões para pegar uma obra da Petrobras.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Gos-taria, primeiramente, de me solidarizar a todos os oficiais de Justiça que aqui estão. Sou advogado, tenho grandes amigos que estão aqui e mantenho minha posição de estar junto com vocês e apoiar o PLC 56.

Entendemos que apenas dois estados ainda não têm esse projeto aprovado, São Paulo e Minas Gerais. Entendemos que São Paulo, por ser o estado mais forte, o principal da Nação, tem que fazer isso para que a Justiça possa chegar de maneira mais justa às pessoas. Para que os oficiais de Justiça, que tanto trabalham e que cada vez mais têm suas atividades ampliadas - hoje oficial de Justiça não é apenas aquele que leva um ofício, uma decisão às pessoas, é muito mais.

Assim, em nome de muitos amigos, estou vendo aqui a Cláudia, o Milito, o Mário, o Hélio, muitos amigos da minha região da Baixada Santista e de todos os cantos de São Paulo. Contem comigo, nossa posição se mantém a mesma. Se o projeto for pautado - e brigaremos para que seja - estaremos com vocês. (Palmas.)

Além disso, hoje é aniversário do município de Guarujá. Assim, saúdo a todos os municípios do Guarujá, a pérola do Atlântico, uma cidade que merece todo o nosso respeito. Alguns vereadores estiveram aqui ontem e gostaria de saudá-los em nome do vereador Walter. Saúdo, também, a população do Guarujá, a prefeita Maria Antonieta e coloco nosso mandato a disposição.

O SR. ED THOMAS - PSB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos até as 17 horas.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS BEZERRA JR. - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Ed Thomas e suspende a sessão até as 17 horas.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 16 horas e 31 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 02 minutos, sob a Presidência do Sr. André do Prado.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PR - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Coronel Camilo e suspende a sessão por 30 minutos.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 17 horas e 03 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 38 minutos, sob a Presidência do Sr. Jooji Hato.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, da XIV Consolidação do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 19hs, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

- Projeto de lei nº 587/2015, de autoria do Sr. Governador, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2016.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje, salvo novas decisões da sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19hs.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 17 horas e 39 minutos.

30 DE JUNHO DE 2015 34ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidentes: FERNANDO CAPEZ e RITA PASSOS
--

RESUMO

ORDEM DO DIA

- PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 587/15.
- CARLOS GIANNAZI Discute o PL 587/15.
- ROQUE BARBIERE Para comunicação, discorre sobre a apreciação do PLC 56/13. Pede a colocação do projeto em pauta.
- PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ Esclarece a questão levantada pelo deputado Roque Barbieri.
- CARLOS GIANNAZI Para comunicação, pede que não sejam retirados os servidores que manifestam nas galerias.
- PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ Pede aos presentes respeito aos parlamentares. Lê trecho do regimento interno que trata das manifestações durante as sessões.
- CAMPOS MACHADO Discute o PL 587/15.
- RAUL MARCELO Discute o PL 587/15 (aparteado pelos deputados Barros Munhoz e Abelardo Camarinha).
- CARLOS GIANNAZI Solicita verificação de presença.
- PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ Defere o pedido. Constata, visualmente, quorum regimental.
- JOÃO PAULO RILLO Discute o PL 587/15.
- RITA PASSOS Assume a Presidência.
- CAMPOS MACHADO Para comunicação, discorda das críticas que o deputado João Paulo Rillo fez ao desempenho da Casa na apreciação de matérias de interesse dos servidores e da população em geral.
- PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ Assume a Presidência.
- MARCIA LIA Discute o PL 587/15 (aparteada pela deputada Beth Sahão).
- RITA PASSOS Assume a Presidência.
- PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ Assume a Presidência.
- ALENCAR SANTANA BRAGA Discute o PL 587/15.
- JOSÉ AMÉRICO Discute o PL 587/15.
- TEONILIO BARBA Discute o PL 587/15.
- PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ Encerra a discussão do PL 587/15. Coloca em votação e declara aprovado requerimento, do deputado Cauê Macris, de método de votação ao PL 587/15. Coloca em votação e declara aprovado o PL 587/15, salvo emendas.
- CARLOS GIANNAZI Requer verificação de votação.
- PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação pelo sistema eletrônico.
- CARLOS GIANNAZI Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSOL.
- JOOJI HATO Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PMDB.
- ESTEVAM GALVÃO Declara obstrução ao processo de votação, em nome do DEM.
- EDSON GIROBONI Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PV.
- CORONEL CAMILO Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSD.
- LEICI BRANDÃO Declara obstrução ao processo de votação, em do PCdoB.
- GERALDO CRUZ Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PT.
- CARLOS CEZAR Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSB.
- RICARDO MADALENA Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PR.
- PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ Registra as manifestações. Dá conhecimento do resultado da verificação de votação, que confirma a aprovação do PL 537/17, salvo emendas. Coloca em votação e declara aprovada a emenda nº15. Coloca em votação e declara aprovadas a mensagem aditiva nº 041/2015 e as emendas de nºs 07, 11 a 14, 16, 18, 20, 21, 24, 25, 26, 29, 32 a 34, 41, 43, 44, 51, 59, 68, 73, 76, 79, 82, 86, 87, 92, 95, 101, 102, 115, 117, 136, 142, 154 a 157, 165, 166, 179, 180, 182, 189, 194, 222, 228, 229, 231, 242 e 244, na forma de subemendas de nº 01 a 07. Coloca em votação e declara rejeitadas as demais emendas.